

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM**

**Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:**

**Valor Econômico**

|                                                                   |    |
|-------------------------------------------------------------------|----|
| Título: MME vai coordenar venda da Eletrobras .....               | 20 |
| Título: Abre-se a sucessão na Fazenda e nas Minas e Energia ..... | 23 |

**Sumário**

|                                                                                          |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo .....</b>                                                            | <b>3</b>  |
| Título: Em busca de novo impulso .....                                                   | 3         |
| Título: Rio de dinheiro .....                                                            | 4         |
| Título: Regra dos EUA dificulta solução para o aço .....                                 | 5         |
| Título: Primeiro carro híbrido flex é apresentado em São Paulo .....                     | 7         |
| Título: Mineradora admite irregularidade no Pará .....                                   | 9         |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                               | <b>10</b> |
| Título: PPI destrava privatização da Eletrobrás .....                                    | 10        |
| Título: Mineradora norueguesa admite ter contaminado Rio Pará .....                      | 11        |
| Título: Brasil e Coreia do Sul podem se juntar contra lista do aço dos EUA .....         | 13        |
| Título: Toyota testa 1º carro híbrido movido a etanol .....                              | 14        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                                  | <b>15</b> |
| Título: Etanol de milho .....                                                            | 15        |
| Título: Empresários brasileiros vão pedir a Temer compensações para o aço .....          | 15        |
| Título: Fórum paralelo cobra olhar no acesso à água e menos discussões sobre lucro ..... | 17        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense .....</b>                                                | <b>18</b> |
| Título: Governo anuncia leilão de 31 projetos .....                                      | 18        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                                    | <b>20</b> |
| Título: MME vai coordenar venda da Eletrobras .....                                      | 20        |

|                                                                                        |    |
|----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Título: Lucro das estatais triplicou em 2017 .....                                     | 21 |
| Título: Abre-se a sucessão na Fazenda e nas Minas e Energia .....                      | 23 |
| Título: Quanto custa não fazer as mudanças do setor elétrico .....                     | 23 |
| Título: Grupo holandês Vitol negocia compra da distribuidora Alesat .....              | 26 |
| Título: Destaques .....                                                                | 27 |
| Título: Fundo Mubadala negocia compra da QGE .....                                     | 28 |
| Título: Capitale Energia investe em geração distribuída.....                           | 30 |
| Título: CVM acata recurso e considera regular eleição de conselheiros da Usiminas..... | 31 |
| Título: Vallourec busca isenção nos EUA .....                                          | 33 |
| Título: Novo conselheiro da Petrobras é contra megaleilão.....                         | 34 |
| Título: Raízen vê chance para importar etanol .....                                    | 36 |
| Título: Gastos com energia são um dos grandes desafios do setor .....                  | 37 |
| Título: Equinix consegue redução expressiva no consumo elétrico em dois anos .....     | 39 |

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Economia****Autor: Geralda Doca E Manoel Ventura****Título: Em busca de novo impulso**

Com leilões de linhas de transmissão e portos de R\$ 10 bi, governo tenta destravar concessões.

Com dificuldades para executar seu programa de concessões, sobretudo em projetos que dependem do Congresso e do Tribunal de Contas da União (TCU), o governo decidiu apostar em ativos menos polêmicos e com maior interesse dos investidores. Assim, foram acrescentados ontem à lista do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) 24 lotes de linhas de transmissão de energia elétrica — com leilão já marcado para 28 de junho — e mais sete terminais nos portos de Santos (SP), Cabedelo (PB) e Suape (PE), que serão licitados ainda este ano. O investimento total está estimado em R\$ 10,1 bilhões, ao longo dos contratos. Os projetos foram anunciados ontem depois de reunião do conselho do PPI. O grupo aprovou ainda uma resolução que faz parte dos passos que o governo tem que cumprir para a privatização da Eletrobras. O texto traz a divisão de tarefas entre a Eletrobras e o BNDES em relação aos estudos que vão balizar o modelo da operação. Essa resolução dará suporte, ainda, para um decreto do presidente Michel Temer que permitirá o avanço nos estudos para a privatização da companhia ao incluir a empresa no Programa Nacional de Desestatização (PND). Não há, porém, previsão de data para a venda do controle da empresa.

#### ELETROBRAS: BNDES CONTRATARÁ CONSULTORIAS

Pela decisão do PPI sobre a Eletrobras, o BNDES deverá contratar consultorias especializadas para realizar os estudos econômicos e financeiros para a desestatização. O processo terá a governança definida pelo Ministério de Minas e Energia, enquanto à Eletrobras caberá a emissão das ações previstas na privatização para reduzir a participação do governo no capital da empresa. Esses estudos também vão precisar apontar como será feita a segregação das empresas que não podem ser privatizadas — Eletronuclear, responsável pelas usinas de Angra, e a hidrelétrica de Itaipu — e como se dará o poder de veto da União após a venda da estatal. O governo espera arrecadar R\$ 12,2 bilhões com a operação. Até agora, o PPI trazia principalmente uma lista de empreendimentos cercados de entraves, o que tornava sua concretização mais difícil. Há problemas, por exemplo, na concessão de quatro rodovias — BR-364/365 (MG-GO), BR-364 (RO), BR-101 (SC) e Rodovia de Integração do Sul.

A área técnica do TCU exige que o governo liste todas as obras necessárias ao longo do contrato (de 30 anos) de concessão e vê problemas de concorrência com a decisão do Executivo de exigir mais capital do investidor para cada deságio que ultrapasse 10% sobre a tarifa original. No caso de ferrovias, deverá ser licitada este ano apenas o trecho da Norte-Sul (entre Porto Nacional, em Tocantins, e Estrela D'Oeste, em São Paulo). A previsão inicial era fevereiro, mas o cronograma foi adiado para o terceiro trimestre. Os leilões da chamada Ferrogrão (entre Mato Grosso e Pará) e da Fiol (Ferrovia de Integração Oeste Leste, entre Ilhéus e Caitité, na Bahia), que também estão no PPI, não deverão ser realizados este ano. Os estudos atrasaram e não foram enviados ao TCU.

No Rio, os estudos de concessão de duas rodovias (Nova Dutra e Concer) acabaram de começar. A privatização da Casa da Moeda, outro ativo listado no PPI, por sua vez, não avançou. Há ainda 13 aeroportos (em blocos do Nordeste, Centro-Oeste e Macaé e Vitória) no programa, cujo edital deve ser lançado em setembro, mas com leilão previsto somente para 2019. Segundo o economista Claudio Frischtak, da Interb Consultoria, o cronograma da maior parte do PPI está atrasado. Com exceção de projetos das áreas de energia e de petróleo e gás, que estão com marco regulatório já consolidado e encontram interesse dos investidores, além de portos, todos enfrentam algum tipo de problema. Na avaliação dele, o leilão de novos lotes de linhas de transmissão é sucesso “garantido” porque o risco (de construção) é reduzido e a receita, garantida:

— Essa é uma área que está mais consolidada. Há interesse dos investidores e com a vantagem de não envolver participação da Eletrobras e do BNDES na partida. Em áreas como transporte rodoviário e aéreo, por exemplo, o governo tem mais dificuldades por questões políticas, dizem analistas. A área é dominada pelo Partido da República (PR), de Valdemar Costa Neto, condenado no escândalo do mensalão. A tendência é que o TCU aumente o grau de exigência, disse uma fonte. Renato Sucupira, presidente da BF Capital, avalia que o governo está priorizando projetos que não dependem do Congresso e de órgãos de controle. Ele observou que os investidores estrangeiros estão interessados no Brasil. Agora, destacou, falta o governo mostrar capacidade de entregar os modelos de concessão: — O problema não é a falta de pretendentes.

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Economia / colunas

**Autor:** Míriam Leitão

**Título:** Rio de dinheiro

O governo federal está com pouca margem de manobra para ampliar os gastos com a segurança no Rio. Por um lado, a arrecadação em janeiro e fevereiro

surpreendeu em cerca de R\$ 15 bilhões as estimativas iniciais, segundo uma fonte da equipe econômica. Mas, por outro, é grande a preocupação com a frustração de receitas com a privatização da Eletrobras, a reoneração da folha de pagamentos e a tributação de fundos exclusivos. Juntos, esses projetos renderiam até R\$ 25 bilhões na versão original, mas estão enfrentando problemas para serem aprovados no Congresso.

O governo não pode simplesmente aumentar o gasto, porque isso irá afetar a meta de resultado primário, que já é de um déficit gigantesco de R\$ 159 bilhões. Por isso, terá que cortar em outro lugar. O problema é que as chamadas despesas “discricionárias”, como os investimentos, que o governo tem poder de controle, já sofreram muitos cortes. Para se ter uma ideia, segundo o economista Fábio Klein, da Tendências, elas voltaram ao nível de 2009. Nas despesas obrigatórias, como os gastos com Previdência, o governo não pode mexer sem a aprovação do Congresso. — Corremos o risco de decepção com três fontes de receitas importantes: tributação de fundos exclusivos, reoneração da folha e privatização da Eletrobras. Essas três garantiriam entre R\$ 21 bi e R\$ 25 bi. O governo, para subir gastos, precisa cortar de outro lugar.

Do contrário, terá um déficit maior que a meta, o que não é permitido — disse uma fonte de equipe econômica. Economistas que cobrem a área fiscal dizem que há folga para o governo absorver o gasto com o Rio. Uma das expectativas é que a economia cresça mais fortemente ao longo do ano e ajude na arrecadação. A melhora da indústria é importante porque esse setor é mais tributado do que os serviços. O que a fonte do governo alerta, no entanto, é que neste momento a equipe econômica não pode contar com o que é incerto. O general Braga Netto disse que há necessidade de R\$ 3,1 bilhões para a segurança no Rio. Pela manhã, o presidente Michel Temer havia falado em R\$ 800 milhões, enquanto Rodrigo Maia, presidente da Câmara, garantiu que o Congresso pode aumentar esse valor em mais R\$ 1,3 bi. A intervenção foi aprovada de forma improvisada e não será fácil financiar a operação.

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Economia

**Autor:** Eliane Oliveira / Janaína Figueiredo

**Título:** Regra dos EUA dificulta solução para o aço

Para siderúrgicas, prazo para retirar produto da sobretaxa é longo demais

BRASÍLIA, BUENOS AIRES E WASHINGTON - O caminho para tirar o Brasil da sobretaxa do aço de 25%, anunciada pelo presidente dos EUA, Donald Trump, pode se tornar um pesadelo para o setor exportador. Na avaliação do governo e do setor privado, as regras publicadas ontem pelo Departamento de Comércio

dos EUA, que indicam como as empresas importadoras americanas podem pedir a exclusão de produtos da medida protecionista, têm prazos longos demais e ainda permitem que as indústrias locais simplesmente embarguem o processo. Se uma importadora pedir a exclusão de determinado tipo de aço da sobretaxa, por exemplo, a resposta do Departamento de Comércio sai em 90 dias.

Mas, se uma siderúrgica americana disser que tem oferta suficiente para abastecer o mercado com produtos de qualidade e similares aos buscados pelo importador, o governo pode suspender a operação até tomar uma decisão a respeito, o que levaria mais 90 dias. — Esse canal de exclusão, que aparentemente seria algo mais simples, mais automático, pode nos trazer dificuldades — disse o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo Lopes. As empresas importadoras dos EUA são consideradas fundamentais, pois exercem pressão sobre as autoridades. Para obter a exclusão do produto da lista de sobretaxa, precisam comprovar que não há oferta suficiente do produto no mercado doméstico ou que a qualidade do aço é melhor do que a do fabricante americano.

#### NEGATIVO PARA AMERICANOS

O governo brasileiro aguarda a abertura de uma negociação mais política, envolvendo o Escritório de Comércio dos Estados Unidos (USTR). A intenção é pedir a exclusão do Brasil da medida, e não de produtos, como ocorre no Departamento de Comércio. Hoje, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, deve discutir o assunto em encontro com o secretário do Tesouro dos EUA, Steven Mnuchin. — A atitude do governo americano é negativa para a própria economia dos EUA, porque aumentará seus custos internos — disse Meirelles, em reunião de ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais do G-20, em Buenos Aires, acrescentando que os EUA estão “voltando a políticas da década de 1930, que não deram certo”.

O governo brasileiro decidiu incluir no lobby que vem fazendo junto a autoridades e congressistas a garantia de que o Brasil não se transformará em plataforma para que siderúrgicos da China entrem no mercado americano. A explicação consta em material distribuído a funcionários de órgãos de comércio exterior. Segundo o jornal americano “Wall Street Journal”, 45 associações enviaram uma carta a Trump em que pedem que não sejam impostas tarifas à China sob risco de desencadear uma reação em cadeia com consequências negativas para a economia americana. O grupo de associações destaca que há risco de retaliação, que poderia prejudicar empresas, trabalhadores, agricultores, consumidores e investidores dos EUA.

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Economia****Autor: Paula Soprana****Título: Primeiro carro híbrido flex é apresentado em São Paulo**

Protótipo da Toyota, um Prius, desenvolvido em conjunto com a USP, roda com etanol e gasolina, e já está em teste nas ruas e estradas.

A Toyota apresentou nesta segunda-feira o primeiro veículo híbrido flex do mundo, com motor movido a etanol e a energia elétrica. O projeto foi desenvolvido pela montadora em parceria com a USP e o apoio do governo de São Paulo. Os veículos híbridos que já rodam em diversos países têm motores que combinam energia elétrica e gasolina como combustível.

A Toyota já realizou diversos testes com o modelo (um Prius, o híbrido global da montadora japonesa), desde meados de 2015. Agora, o modelo inicia os testes de rodagem: inicialmente, uma viagem de São Paulo até Brasília.

— O mundo está caminhando para novas tecnologias. Com Brasil e América Latina, não será diferente. A primeira fase é combinar híbrido e etanol — disse Rafael Chang, presidente da Toyota do Brasil.

Depois da certificação tecnológica, a Toyota quer iniciar estudos para o lançamento do automóvel no mercado. Não há previsão para que isso ocorra, mas perguntado sobre a possibilidade de lançá-lo em cinco anos, Chang disse ser “muito tempo”. O diferencial do protótipo híbrido flex está no seu ganho ambiental, já que o etanol é uma das energias mais limpas para os transportes.

Segundo a Toyota, “o híbrido flex possui um dos mais altos potenciais de compensação e reabsorção na emissão de Co2”. Isso com etanol. Por ser flex, o motor do protótipo roda tanto com etanol como com gasolina.

A Toyota está no Brasil há 60 anos. Nos últimos três anos, a fabricante investiu R\$ 2,2 bilhões e gerou 6 mil empregos, segundo Steve St. Angelo, CEO para região da América Latina e Caribe. Liderados pelo Prius, as vendas de híbridos da marca quadruplicaram desde 2016.

— Queremos caminhar e colocar mais veículos verdes nas nossas ruas e estradas. Então, nos perguntamos como poderíamos melhorar a tecnologia híbrida no país que já tem o combustível mais rico do planeta. Nossos engenheiros da Toyota do Brasil trabalharam lado a lado com os engenheiros do Japão para produzir essa solução, esse casamento — afirmou o executivo.

A escolha do Brasil se deu pelo papel de liderança na produção global de cana-de-açúcar.

— É fundamental que o Brasil passe a adotar tecnologia híbrida. Em torno das universidades, temos muitas empresas montadoras. Esse foi o início, com a parceria da Escola Politécnica da USP e a Toyota — disse Armando Laganá, professor de engenharia elétrica da USP, envolvido no projeto, que contou com 29 engenheiros.

Pela manhã, a empresa apresentou o automóvel ao governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, no Palácio dos Bandeirantes. Alckmin considerou a iniciativa um “feito para o ambiente, para a saúde pública e extraordinário, também, para consumidor.

— São Paulo é a capital mundial do setor sucroalcooleiro e o Brasil é campeão das energias renováveis — enfatizou o governador.

### **Crise no setor sucroalcooleiro**

Desde 2008, 80 usinas de processamento de cana-de-açúcar fecharam ou entraram em recuperação judicial no Brasil, numa das piores crises em décadas do setor sucroenergético. Elizabeth Farina, presidente da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), destacou o lançamento como positivo para impulsionar o “protagonismo” do Brasil no investimento de etanol e das tecnologias relacionadas ao combustível renovável.

— Os biocombustíveis são uma solução do ponto de vista ambiental. Quando o carro híbrido é lançado com um motor flex, você pode usar qualquer combinação de etanol com gasolina e também 100% etanol, como um flex comum. É uma convergência de toda discussão da mobilidade elétrica com o biocombustível etanol — afirmou Elizabeth.

Ela acredita que isso pode ajudar o setor no médio prazo, mas confere ao RenovaBio, a Política Nacional de Biocombustíveis, sancionada no fim do ano passado, o poder de retomada dos investimentos na indústria.

— O setor vê essa lei como uma mudança de paradigma. Há anos que não temos lançamento de uma usina — diz.

O RenovaBio visa cumprir os objetivos brasileiros determinados depois do Acordo de Paris sobre mudança do clima. A norma retoma o papel estratégico dos biocombustíveis para a queda da emissão de gases de efeito estufa, estimulando o uso de biodiesel, biogás, biometano, etanol de primeira geração, anidro e hidratado.

## Investimento

Antonio Megale, presidente da Anfavea, diz esperar que outras empresas se inspirem na iniciativa da Toyota. Ele considera o dia de hoje um marco, já que a venda de híbridos cresce.

— O Brasil voltará a ser um dos cinco maiores mercados do mundo — disse Megale no lançamento.

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Mineradora admite irregularidade no Pará

Norueguesa Hydro reconheceu descarte de água não tratada em rio.

O presidente da refinaria norueguesa Norsk Hydro, Svein Richard Brandtzæg, admitiu em comunicado que a empresa descartou “água de chuva e da superfície da refinaria não tratadas no rio Pará”. A Hydro também anunciou que irá realizar uma auditoria interna e uma revisão completa de todas as licenças da Alunorte, maior refinaria de alumina do mundo e da qual a Hydro detém 92% das ações. A alumina é a principal matéria-prima para a produção do alumínio. De acordo com a própria Hydro, a decisão de expandir o escopo da consultoria da empresa ambiental SGW e abrir auditoria veio após notificação da Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Semas), que foi enviada no dia 15 de março. A comunicação feita pela Semas tratava de conexão sem licença entre a Alunorte e um canal de drenagem da planta de alumínio Albras.

O canal levava água de chuva não tratada, que estava armazenada no telhado do galpão de carvão da Alunorte, para o Rio Pará. A Hydro prometeu informar os primeiros resultados da revisão interna no dia 9 de abril. Em fevereiro, o Ibama aplicou duas multas, no valor total de R\$ 20 milhões, na refinaria norueguesa. A Hydro era investigada por suposto vazamento em suas barragens de rejeito de bauxita. O órgão também embargou depósito de rejeitos e tubulação de drenagem da mineradora. Na ocasião, o Tribunal de Justiça do Pará determinou a redução em 50% da produção da mineradora. O suposto vazamento dos rejeitos de mineração teria ocorrido no município de Barcarena, a 15 quilômetros de Belém. A água supostamente contaminada atingiu três comunidades da cidade.

**Opinião : MARKETING**

SE JÁ não fosse grave em si o despejo em Barcarena, Pará, de água contaminada por resíduos do processo industrial de produção de alumínio, pela Hydro Alunorte, o caso fica ainda mais sério porque o descarte vinha sendo feito de maneira clandestina.

E A seriedade do crime ambiental se agrava diante do fato de a Alunorte ser controlada pela Norsk Hydro, grupo da Noruega, país com forte imagem de protetor da natureza. Pode-se concluir que, no exterior, as preocupações ambientais norueguesas são menos rígidas.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Seção: Economia**

**Autor: Lu Aiko Otta, Carla Araújo e Anne Warth**

**Título: PPI destrava privatização da Eletrobrás**

Conselho do Programa de Parcerias de Investimento autorizou o BNDES a prosseguir com os estudos para venda da estatal de energia.

O processo de privatização da Eletrobrás avançou ontem, com a aprovação, pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), de uma resolução que autoriza o BNDES a contratar os estudos para a venda da estatal. Com isso, fica aberto o caminho para o presidente Michel Temer assinar um decreto incluindo a Eletrobrás no Programa Nacional de Desestatização.

Segundo fontes, havia dúvida se o BNDES poderia contratar os estudos, porque o banco detém ações da estatal. A resolução também inclui os aposentados da Eletrobrás entre os possíveis compradores das ações. O conselho se reúne semestralmente para avaliar o andamento dos estudos técnicos de concessões e dar aval às licitações previstas no programa.

Ontem, o conselho aprovou uma nova lista de 31 empreendimentos em infraestrutura a serem licitados: 24 lotes de energia elétrica e sete terminais portuários. Os investimentos no setor elétrico estão estimados em R\$ 8,8 bilhões. Nos portos, é cerca de R\$ 1,3 bilhão.

As linhas de transmissão, entre as quais está uma que liga o parque eólico do Rio Grande do Sul ao sistema elétrico, serão leiloadas no dia 28 de junho deste ano. Elas somam 4 mil km e estão distribuídas em 19 Estados. Os contratos serão por 30 anos a partir de sua assinatura, prevista para outubro.

O governo também espera leiloar os terminais portuários em 2018. Serão três terminais para combustíveis em Cabedelo (PB) e dois em Santos (SP). Os dois terminais no porto de Suape (PE), um para contêineres e outro para automóveis, ainda estão em fase de estudos técnicos, ou seja, nos estágios iniciais do processo.

O PPI também decidiu que o trecho das rodovias BR 364 e 365 em Goiás e Minas será uma concessão simples, ou seja, não envolverá contraprestação do governo como ocorre nas Parcerias Público-Privadas (PPI). Foi uma formalidade para seguir com os preparativos da concessão.

O secretário de Fomento e Parcerias do Ministério dos Transportes, Dino Antunes, disse que o avanço dessa concessão está atrelado à decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) em relação a outro projeto: a Rodovia de Integração do Sul (RIS). O que for decidido em relação a ela pautará o modelo para a 364/365. Não há previsão de data para uma decisão do TCU.

### **Balanço.**

O PPI completará dois anos em maio e o governo divulgou ontem um balanço. Diz que já concluiu perto de 70 empreendimentos, com geração de R\$ 142 bilhões em investimentos nos próximos anos. A carteira do PPI tem 175 projetos, dos quais 105 estão em andamento.

Para março e abril, estão previstos os leilões da 15.a rodada de blocos de exploração de óleo e gás e três terminais portuários. A expectativa é também publicar os editais para a venda das seis distribuidoras de energia que eram estaduais e estão com a Eletrobrás, e das licitações de quatro terminais portuários e da 4.a rodada do pré-sal.

O programa enfrenta maiores dificuldades nos projetos de logística terrestre. O leilão de sub-concessão da Ferrovia Norte-sul, previsto para ocorrer no mês passado, só teve seus estudos enviados ao TCU na semana passada. Só após receber o sinal verde é que ele terá seu edital publicado.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** Carlos Mendes

**Título:** Mineradora norueguesa admite ter contaminado Rio Pará

**Ambiente.** Após ter negado contaminação, grupo Norsk Hydro – o maior produtor de alumínio do mundo – pediu desculpas às comunidades, às

autoridades e à sociedade"; empresa já foi multada em R\$ 20 milhões e deu férias coletivas a mil empregados.

Após negar diversas vezes, o grupo norueguês Norsk Hydro reconheceu ontem que sua fábrica de alumínio Hydro Alunorte, no Brasil, derramou água sem tratamento no Rio Pará, o maior da região. A contaminação por bauxita atingiu comunidades, ribeirinhos e quilombolas que vivem no entorno das 20 bacias de rejeitos da empresa. "Derramamos água de chuva e de superfície não tratada no Rio Pará. É totalmente inaceitável e rompe com o que a Hydro representa. Em nome da empresa, peço desculpas diretamente às comunidades, às autoridades e à sociedade", disse o diretor-geral da empresa, Svein Richard Brandtzaeg.

A Hydro Alunorte é a maior produtora de alumínio do mundo, com 5,8 milhões de toneladas anuais de alumina. Extraída da bauxita, a alumina é a principal matéria-prima para a produção do alumínio. Autoridades brasileiras afirmam que a empresa contaminou a água do município de Barcarena no norte do Pará, a 25 quilômetros de Belém, onde se situa a fábrica, por três dutos e canais clandestinos, com resíduos de bauxita que teriam transbordado do depósito da empresa depois de fortes chuvas nos dias 16 e 17 de fevereiro.

Os poços artesianos que fornecem água para a população beber, tomar banho e cozinhar foram condenados por análise do Instituto Evandro Chagas, que identificou substâncias como chumbo, bário, soda cáustica e alumínio – esta última com valor 32 vezes acima do permitido pela Organização Mundial de Saúde (OMS). "Nem plantar suas roças as famílias podem, porque a floresta e o solo também estão contaminados", afirmou o advogado Ismael Moraes, que defende 105 comunidades de Barcarena. Desde o ano passado, ele move ações contra a empresa na Justiça Estadual e na Federal. Sobre o pedido de desculpas do diretor-geral, Moraes foi taxativo: "É pura hipocrisia".

A empresa afirma que o derramamento não está relacionado às fortes chuvas de meados de fevereiro. "Toda a água de chuva e de superfície da refinaria da Alunorte deveria ter sido levada para o sistema de tratamento de água", informou o grupo. Os Ministérios Públicos do Pará e Federal uniram forças para investigar os crimes ambientais da Hydro e propor ações criminais e civis de reparação de danos ao meio ambiente e às pessoas. O governo brasileiro aplicou ao grupo norueguês, em fevereiro, duas multas de R\$ 10 milhões cada uma.

A primeira, por "atividades potencialmente contaminantes sem licença válida" e a segunda por "operar um duto de drenagem sem licença". Além disso, o juiz Iran Sampaio, de Barcarena, obrigou a empresa a reduzir em 50% a produção de sua fábrica. A Hydro recorreu com medida cautelar, mas o desembargador Leonam Cruz, do Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), negou o pedido da

empresa e depois um agravo. O grupo norueguês recorreu e ontem, por unanimidade, os 12 desembargadores da Câmara de Direito Penal do TJ-PA mantiveram a decisão de Cruz, que nos próximos dias deve julgar o mérito do caso.

Após a determinação de que metade da produção fosse cortada, a Hydro anunciou férias coletivas para mil trabalhadores. O grupo tem 1,7 mil funcionários nos polos industriais de Barcarena e Paragominas. Em 2017, a companhia pagou R\$ 365 milhões em impostos. A Norsk Hydro encarregou a empresa SGW Services de realizar uma auditoria independente para esclarecer o caso e anunciou um investimento de cerca de R\$ 270 milhões. Minas Gerais.

Em 2015, o Brasil viveu sua maior tragédia ambiental, quando uma barragem se rompeu na região de Mariana, em Minas, despejando cerca de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos. Um "tsunami" de lama matou 19 pessoas, arrasou várias localidades e percorreu mais de 600 quilômetros pelo Rio Doce até chegar ao Oceano Atlântico, devastando a fauna e a vegetação em seu caminho. / FÁBIO DE CASTRO E AGÊNCIAS INTERNACIONAIS

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Brasil e Coreia do Sul podem se juntar contra lista do aço dos EUA

Temer tem encontro com o primeiro-ministro coreano para tentar em conjunto achar saída ao protecionismo americano.

A decisão dos EUA de sobretaxar em 25% as importações de aço e em 10% as de alumínio foi discutida ontem numa reunião do presidente Michel Temer com o primeiro-ministro da Coreia do Sul, Nak-Yon Lee, que veio ao País para participar do 8.º Fórum Mundial da Água. O país asiático é um dos prejudicados pela medida. Segundo fontes do Planalto, as autoridades dos dois países já estavam em busca de alguma ação conjunta e Temer e Lee concordaram em somar esforços.

Já foi ventilada a possibilidade, por exemplo, de uma atuação conjunta na Organização Mundial do Comércio (OMC). Mas esse é um mecanismo que o Brasil só pretende acionar se falharem as negociações para suspender a sobretaxa via setor privado ou numa negociação governo a governo.

Os EUA divulgaram ontem um regulamento que detalha como podem ser feitos os pedidos para liberar produtos de aço e alumínio da sobretaxa. Ele deixa claro que quem pode pedir a exclusão são pessoas e empresas americanas que usam

aço em atividades como construção, manufatura ou fornecimento a outros usuários.

Cabe ao secretário de Comércio admitir exceções à sobretaxa. Isso será possível se os itens não forem produzidos nos EUA em quantidade suficiente ou com qualidade satisfatória, diz o regulamento. A exceção pode ser dada também para assegurar a segurança nacional.

Pressão. "É muito importante para os exportadores brasileiros pressionarem os usuários para que peçam a exclusão sobretudo do aço semiacabado, que não é produzido em quantidade suficiente", comentou o consultor Welber Barral, sócio da Barral Mjorge. Ou seja, ficou confirmado que os importadores americanos de aço brasileiro são os que podem pedir para liberar o aço brasileiro da sobretaxa. Esses pedidos poderão ser contestados, por exemplo, por fabricantes locais que concorram diretamente com as exportações do Brasil.

As exceções serão concedidas produto a produto e empresa a empresa. Autorizadas, os produtos ficarão livres da sobretaxa pelo prazo de um ano. / L.A.O. e C.A.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Seção: Economia**

**Autor: Cleide Silva**

**Título: Toyota testa 1º carro híbrido movido a etanol**

Tecnologia permite que veículo utilize o combustível renovável no lugar da gasolina em combinação com o motor elétrico; ideia é produzir modelo no País

A Toyota do Brasil iniciou ontem testes de rodagem com o Prius flex, primeiro carro híbrido que pode usar etanol no lugar da gasolina em combinação com o motor elétrico. A ideia é produzir o modelo no País futuramente mas, para isso, a empresa aguarda decisões do governo sobre taxaço de impostos para esse tipo de veículo.

A tecnologia inédita foi desenvolvida por engenheiros do Brasil e do Japão nos últimos três anos. O protótipo flex foi feito com a versão do Prius importado do Japão desde 2013, que tem motores a gasolina e elétrico. "Essa solução é como um casamento no paraíso; juntou a tecnologia híbrida com o melhor combustível", diz o presidente da Toyota para América Latina e Brasil, Steve St. Angelo. "É o híbrido mais limpo do mundo." A Toyota já vendeu 11 milhões de híbridos no mundo, a maioria Prius. No Brasil foram vendidas 2,4 mil unidades em 2017. Segundo o Inmetro, ele faz 18,9 km/l na cidade e 17 km/l na estrada. É o carro mais econômico à venda no País.

O modelo recolhe 4% de Imposto de Importação, 13% de IPI e custa R\$ 126,6 mil. O governo tem em mãos projeto que reduz o IPI de híbridos e elétricos para 7%. Assim como a nova política para o setor automotivo (Rota 2030), aguarda aval do presidente Michel Temer, o que pode ocorrer em abril.

"Com incentivos e suporte esse carro pode ser realidade no Brasil", afirma St. Angelo, que vê possibilidades de o veículo ser exportado em princípio para a América Latina. Segundo ele, a matriz japonesa divulgou ontem o teste do Prius flex "para que o mundo saiba que temos essa tecnologia".

O carro passou por testes de laboratório e agora vai rodar 1,5 mil km de São Paulo a Brasília. Será conduzido por engenheiros da empresa e estudantes de universidades que têm parceria com a montadora para verificar durabilidade do carro em percursos dessa natureza, comportamento do motor e da transmissão usando só etanol. A intenção da Toyota é que, no mínimo, o carro mantenha a relação entre um carro híbrido comum e um só a combustão, que é de eficiência 50% maior. "Mas pode ser que o ganho seja maior", diz o diretor Ricardo Bastos.

Apoiam o projeto a União da Indústria da Cana de Açúcar (Unica) e a Investe São Paulo, ligada ao governo do Estado.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** MAURO ZAFALON

**Título:** Etanol de milho

A produção de etanol de milho deverá atingir 830 milhões de litros na safra 2018/19 no Brasil, 58% mais do que em 2017/18, conforme estimativa da consultoria Datagro.

Moagem

Em 2021, a produção deverá atingir 3 bilhões de litros, com a utilização de 7,1 milhões de toneladas do cereal. Os dados levam em consideram os projetos já em andamento e os que estão para ser instalados.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** MARIANA CARNEIRO DE BRASÍLIA

**Título:** Empresários brasileiros vão pedir a Temer compensações para o aço

Para competir, setor quer que governo amplie devolução de imposto sobre produtos exportados

Com tarifa de Trump, siderúrgicas temem ser afetadas com excesso de oferta do insumo por outros países

Com a sobretaxa para entrar no mercado americano, produtores de aço vão nesta terça-feira (20) ao presidente Michel Temer pedir medidas compensatórias para competir no exterior. Eles pretendem ainda alertar para a necessidade de defesa do mercado brasileiro contra uma invasão de importados.

A previsão é que, com a barreira nos EUA, haja um volume de 25 milhões de toneladas/ano de aço produzidos por outros países à procura de novo destino. Assim, mercados tradicionais do produto brasileiro, como a América Latina, estão em risco.

Segundo o Instituto Aço Brasil, os países da região, em bloco, representam o segundo maior mercado para o aço brasileiro —atrás dos EUA.

Os empresários querem que o governo amplie a devolução do imposto que incide sobre o produto exportado (no programa Reintegra).

O governo suspendeu o aumento previsto, para este ano, no percentual de devolução de 2% para 3%.

Os empresários querem fixar o percentual de 2% como piso, abrindo a possibilidade para que setores mais afetados pela tributação e pela competição externa possam devolver até 5% (limite da legislação brasileira).

Nesse pleito, a indústria do aço tem o apoio de todo o setor industrial exportador, como o de máquinas e equipamentos e o automotivo. O benefício seria o aumento das exportações, segundo representantes do setor produtivo.

Pelas contas dos empresários, que serão entregues ao presidente Temer, um aumento de 10% nas exportações teria gerado em 2017, no cenário mais otimista, receitas em impostos superiores ao que o governo deixaria de arrecadar devolvendo 5% no Reintegra. Entre 430 mil e 840 mil novos empregos poderiam ser gerados.

Além da proposta, os empresários levarão ao presidente a necessidade de monitorar a entrada de aço no Brasil após a barreira americana. O governo decidiu não aplicar a medida antidumping contra o aço da China e da Rússia neste ano.

A indústria se divide sobre este assunto. Enquanto as siderúrgicas querem a proteção, consumidores de aço, como os fabricantes de eletrodomésticos, defendem a livre importação.

## REQUISITOS

No front externo, as notícias não são boas para o setor siderúrgico. O governo americano impôs requisitos mais duros do que esperava o Brasil para livrar importados da barreira de Donald Trump.

Pelas regras divulgadas nesta segunda-feira (19), somente as empresas que consomem diretamente aço e alumínio poderão recorrer, como a construção civil e indústrias.

Havia a expectativa de que outros setores afetados, como os produtores de carvão, pudessem pedir a retirada do Brasil da barreira. Isso porque o país é o maior consumidor de carvão dos EUA. Além disso, o importador americano terá de justificar que a compra no exterior se deve à produção insuficiente ou de qualidade inferior.

Siderúrgicas americanas poderão ainda vetar a autorização. Com as regras, brasileiros já trabalham com a aplicação da sobretaxa de 25% já a partir de sexta-feira (23).

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Cotidiano

**Autor:** FABRÍCIO LOBEL - ENVIADO ESPECIAL A BRASÍLIA

**Título:** Fórum paralelo cobra olhar no acesso à água e menos discussões sobre lucro

## > FOCO DIA MUNDIAL DA ÁGUA

A água deveria ser um direito universal, mas tem se tornado um produto de mercado. Essa é a premissa do Fama (Fórum Alternativo Mundial da Água) que ocorre nesta semana em Brasília, em oposição à organização do 8o Fórum Mundial da Água, também na capital federal.

A realização do evento é tocada por ambientalistas, sindicalistas e militantes que consideram que o fórum oficial não contempla as preocupações da população mais carente no acesso à água.

"O controle da água que tenha como perspectiva gerar lucro não garante o princípio da água como direito fundamental. São visões incompatíveis. A

universalização do acesso à água e ao saneamento não será possível se o setor estiver sob o controle do capital privado e sua visão de lucro", diz Edson Aparecido da Silva, sociólogo e um dos coordenadores do Fama.

Para ele, o patrocínio de gigantes da indústria alimentícia ao fórum oficial só reforça a visão de que a água é uma moeda de troca. Ambev, Nes-tlé e Coca-Cola, por exemplo, são financiadoras do evento. No Brasil, estima-se que mais da metade da água consumida pela indústria é destinada ao ramo alimentício.

Durante a tarde desta segunda-feira (19), sindicalistas, movimentos de esquerda em geral e grupos indígenas assistiam a debates e encenações que criticavam indústrias multinacionais do ramo alimentício e mineradoras. Houve críticas, por exemplo, à Samarco e à Vale pelo desastre de Mariana (MG).

Outro tema que será abordado pelo fórum alternativo é a privatização de empresas de saneamento no país. O assunto ganhou força em 2016 quando o governo federal incentivou que as empresas estaduais de saneamento fizessem concessões ou parcerias com a iniciativa privada, em troca de recuperação financeira. No fim daquele ano, 18 estados chegaram a demonstrar interesse em abrir suas empresas de saneamento. De lá pra cá, muitos voltaram atrás ou paralisaram as concessões.

Além disso, o Planalto estuda editar uma medida provisória que deve mudar toda a estrutura da regulação do saneamento no país, aumentando a participação da iniciativa privada. Diversas entidades do setor do saneamento se colocaram contrárias aos primeiros textos propostos pelo governo federal.

A principal crítica é que a reforma no setor poderia colocar os contratos de municípios mais rentáveis nas mãos da iniciativa privada, deixando as companhias estatais sem recursos para investimentos nos menos rentáveis e onde a demanda por saneamento é maior.

Benedito Braga, presidente do Conselho Mundial da Água, órgão que organiza o Fórum Mundial da Água, diz que o evento oficial é uma plataforma sem ideologia específica e poderia abarcar inclusive as discussões propostas pelo fórum alternativo. Os ingressos do fórum oficial variam de R\$ 160 a quase R\$ 3.000, a depender do tipo de entrada e dias de visitação.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Andressa Paulino

**Título:** Governo anuncia leilão de 31 projetos

O governo anunciou ontem o leilão de concessão de sete terminais portuários e de 24 lotes de linhas de transmissão de energia, com investimentos previstos de mais de R\$ 10 bilhões. A 5ª reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) qualificou os 31 novos empreendimentos para dar continuidade aos processos de licitação.

No setor de energia, serão concedidos 24 lotes de linhas de transmissão. A previsão é que o leilão nº 02/2018 vai gerar R\$ 8,83 bilhões em investimentos em diversos estados. Ainda na área de energia, o conselho debateu e aprovou uma resolução sobre o processo de desestatização da Eletrobras, que abre caminho para o presidente Michel Temer editar um decreto incluindo a companhia no Programa Nacional de Desestatização (PND). Não há, porém, previsão de data.

Conforme a resolução, a Eletrobras, o Ministério do Meio Ambiente e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) somarão esforços para avançar com os estudos para a privatização da companhia. O texto também inclui os aposentados da Eletrobras entre os possíveis compradores das ações.

Na área de logística, sete terminais portuários foram qualificados no PPI, sendo três terminais de combustíveis no Porto de Cabedelo (PB); dois terminais de grãos líquidos no Porto de Santos (SP); e dois terminais no Porto de Suape (PE). O arrendamento desses terminais tem uma estimativa de investimentos que ultrapassa R\$ 1,3 bilhão.

Paralelamente aos novos anúncios, outros projetos do setor portuário já habilitados no programa estão avançando, com editais em vias de sair ou já publicados. Da lista do PPI, três terminais portuários e mais três áreas têm licitações programadas até julho.

A Companhia Docas do Pará, vinculada ao Ministério dos Transportes, publicou, no mês passado, o edital para leiloar três áreas destinadas à armazenagem, envase e distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) no Porto de Miramar, em Belém (PA). Somados, os projetos devem demandar investimentos de R\$ 168 milhões. A disputa por essas áreas, que serão cedidas à iniciativa privada por 20 anos, está marcada para o dia 6 de abril, na sede da B3, em São Paulo. Vence o certame quem oferecer o maior valor de outorga.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) pretende arrendar, no primeiro semestre, três ativos destinados à movimentação de carga geral: dois no Porto de Paranaguá (PR) e um no Porto de Itaqui (MA). Segundo a Antaq, os editais devem ser publicados ainda nesta semana, permitindo que os leilões

aconteçam a partir do fim de junho — pela lei do PPI, os certames só podem ocorrer depois de cem dias do lançamento dos editais.

O PPI completará dois anos em maio e, segundo o governo, passa a ter um portfólio de 175 projetos, sendo que 70 foram entregues. Dos 105 projetos em andamento, 47 estão em fase de estudo; 45, em consulta pública; 9, em análise no Tribunal de Contas da União (TCU); e quatro já estão com o edital publicado. A Secretaria-Geral da Presidência da República estimou que os 70 empreendimentos concluídos vão gerar cerca de R\$ 142 bilhões de investimentos nos próximos anos.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Andrea Jubé | De Brasília

**Título:** MME vai coordenar venda da Eletrobras

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) aprovou ontem à tarde uma resolução que define os papéis das instituições envolvidas no processo de desestatização da Eletrobras. O documento será publicado no "Diário Oficial" da União nos próximos dias.

De acordo com a resolução, caberá ao **Ministério de Minas e Energia (MME)** a coordenação do processo e ficara a cargo da Eletrobras a emissão das ações, enquanto o BNDES ficará responsável pela modelagem do processo de privatização da companhia. Pelas regras atuais, o BNDES concentra a responsabilidade pelo procedimento.

Segundo um assessor da comissão, o objetivo da resolução é diluir os papéis dos entes envolvidos no processo. A comissão da Câmara dos Deputados que votará o projeto de lei de privatização da Eletrobras trabalha em ritmo lento. Até agora, o colegiado se reuniu para eleger o presidente e o relator da matéria, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA). O início das atividades está previsto para amanhã.

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que está com um "otimismo preocupante" em relação à aprovação do projeto de lei da privatização da estatal. Em almoço para empresários no hotel Copacabana Palace, no Rio, Maia lembrou que não foi fácil instalar a comissão especial sobre o assunto na Casa, na semana passada. "Senti que o ambiente não é tão simples", disse.

Maia afirmou que terá reunião amanhã com a equipe econômica e o Banco Central (BC) para tratar de projetos microeconômicos para estimular o crédito,

como o cadastro positivo, além de discutir a proposta de autonomia do BC.  
(Colaborou Cristian Klein, do Rio)

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Fabio Graner | De Brasília

**Título:** Lucro das estatais triplicou em 2017

O lucro líquido do conjunto das empresas estatais em 2017 mais que triplicou ante os R\$ 4,596 bilhões verificados em 2016. A informação foi dada ao **Valor** pelo secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Soares. Os dados são preliminares e estão sendo finalizados para o boletim do fechamento do ano sobre as estatais, previsto para sair ainda este mês. Ele lembrou que em 2015 as empresas tiveram prejuízo de R\$ 32 bilhões.

Soares explicou que a forte redução do prejuízo da Petrobras em 2017 e os resultados mais fortes de Banco do Brasil e BNDESPar, além da Caixa Econômica Federal, foram os principais motores desse desempenho melhor do conjunto das companhias federais. O resultado a ser divulgado neste mês considera uma amostragem que representa 95% do patrimônio líquido das estatais e os cinco principais grandes grupos estatais.

O secretário destacou o esforço de ajuste que o governo vem realizando em suas empresas, buscando não só recompor margens de rentabilidade perdida por alguns anos, mas também de aumento na produtividade. Questionado se ao fazer esse tipo de ajuste na administração das empresas o governo não foi longe demais, gerando problemas como as crescentes reclamações sobre o custo da gasolina, vendida pela Petrobras, ou do crédito, fornecido pelo BB, Soares defendeu a necessidade de fazer um movimento mais intenso de ajustamento a partir de 2016 para recuperar a saúde das empresas.

Mesmo assim, o técnico do governo não nega a necessidade de empresas públicas em alguns casos. Nesse sentido, ele destaca o papel dos bancos federais no aumento da concorrência do mercado, mesmo hoje praticando taxas próximas das dos concorrentes. "Como seria o mercado sem esses dois bancos? A situação seria mais grave", disse. "Mas a experiência recente disse que segurar preços, margens, tarifas, não adiantou e levamos algumas dessas estatais, como Petrobras e Eletrobras, para situação muito grave".

"Acredito que houve ajuste necessário e com o tempo isso vai se equilibrando. É a natureza da economia. Se você está em situação muito grave, toma medidas muito amargas no primeiro momento até confluir para uma situação estável",

disse. "Você ainda está na necessidade de alocação melhor e economia de recursos. Em um segundo momento pode haver uma flexibilização desses elementos", completou, ponderando que o país vive uma situação na qual o Estado tem que ser repensado.

"O Estado-empresário tem que ser uma exceção", defende, ao ressaltar que o processo de privatização e concessão tem como objetivo também reforçar o cenário de crescimento econômico e fazer frente à óbvia "escassez fiscal", em um ambiente de elevados déficits primários e não há espaço para ficar aplicando recursos públicos.

Para ele, a privatização da Eletrobras é um caso no qual esse entendimento se aplica, dado que, ao invés de colocar dinheiro do orçamento no setor de energia, o dinheiro pode ser direcionado para outras áreas mais urgentes do setor público. "O setor de energia é maduro e extremamente bem regulado pela Aneel, então a gente acredita que o Estado brasileiro pode dar um passo à frente", disse. "A visão de governo é que estávamos preparados para passar a Eletrobras ao setor privado".

Ele lembrou que a empresa ainda é bastante endividada e tem dificuldade de investir, situação que deve ser revertida com o processo de privatização e as iniciativas em curso como venda de distribuidores e sociedades de propósito específico detidas pela estatal. "Contrariamente ao que estão dizendo por aí, esse movimento vai a médio e longo prazo reduzir as tarifas e os preços de energia", disse. "Porque está aumentando investimento e oferta, que leva a redução de preço", argumentou, indicando que em cerca de cinco anos esse impacto será visto nos preços.

Recentemente a Sest autorizou a Eletrobras a fazer um novo PDV. O secretário ressalta a importância desse tipo de iniciativa de enxugamento de quadro de pessoal no desempenho das estatais. Ele explica que no curto prazo essas medidas até geram despesa para as companhias, uma vez que implicam pagamentos de bônus e salários extras para quem aceita se demitir ou se aposentar, mas a longo prazo tende não só a reduzir o custo do quadro de funcionários, mas também a elevar a produtividade do pessoal remanescente.

Dados apresentados por ele mostram que até agora, do público-alvo de 50 mil pessoas que os PDVs iniciados em 2016 tinham, quase 27 mil já haviam aderido e efetivado sua saída das empresas do governo federal. O número final, no entanto, será maior, porque há alguns programas do ano passado que ainda não foram concluídos, como os realizados pelos Correios (e que tinha alvo de mais de 5 mil pessoas), ou totalizados, e ainda há três grandes programas neste ano, que ainda não têm resultado final: Caixa e Eletrobrás, em curso, além da Embrapa, que está autorizado pela secretaria, mas ainda não foi finalizado.

**VEÍCULO:** Valor Econômico**Seção:** Política**Autor:** Daniel Rittner | De Brasília**Título:** Abre-se a sucessão na Fazenda e nas Minas e Energia

Os secretários-executivos do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, e de Minas e Energia, Paulo Pedrosa, já deixaram um recado claro aos seus superiores. Caso não sejam alçados ao cargo de ministro em suas respectivas áreas, com a provável saída de Henrique Meirelles (PSD) e **Fernando Coelho Filho** (sem partido) para disputar as eleições, eles não pretendem mais continuar no governo. Ambos se sentem com a missão cumprida e não têm a intenção de continuar como 'número dois' obedecendo a outro comando.

Na Fazenda, quando fala concretamente nos planos de candidatar-se à Presidência da República, Meirelles sinaliza sua preferência pelo secretário-executivo como sucessor. O nome de Guardia, porém, enfrenta resistências no Planalto e no Congresso. Por isso, duas alternativas parecem mais fortes: o secretário de acompanhamento fiscal, Mansueto Almeida, e o ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira. O deslocamento de Oliveira para a Fazenda é defendida pelo líder do governo no Senado e presidente nacional do MDB, Romero Jucá (RR).

No MME, Pedrosa é, de longe, o nome preferido do mercado. Mas outros dois técnicos da pasta - Fábio Lopes (secretário de energia elétrica) e Márcio Félix (secretário de petróleo e gás) - correm por fora. Enquanto isso, senadores do MDB - Eduardo Braga (AM) e Édison Lobão (MA) - têm interesse em influenciar na escolha do novo ministro.

"Sou filho de militar. Quando o capitão é promovido diretamente a general, o coronel vai embora para a reserva", disse Pedrosa a interlocutores recentemente, considerando seu trabalho cumprido.

**VEÍCULO:** Valor Econômico**Seção:** Opinião**Autor:** Frederico Rodrigues**Título:** Quanto custa não fazer as mudanças do setor elétrico

Depois de um ano de intensos debates sobre o aperfeiçoamento do modelo comercial do setor elétrico, inicia-se o ano de 2018 sem que as muito aguardadas propostas de alteração dos marcos legais e regulatórios referentes ao risco hidrológico (GSF, na sigla em inglês) e à Contribuição Pública 33 tenham sido enviadas ao Congresso Nacional.

O panorama deste início de 2018 é que, a rigor, não se conhece solução para o destravamento dos mais de R\$ 6 bilhões em aberto na liquidação na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), tampouco o teor da Medida Provisória ou Projeto de Lei que conteria as propostas para alteração da arquitetura do modelo.

O que importa destacar é que a necessidade de mudanças - e sua urgência - está baseada na constatação de que o atual modelo comercial faliu. A atual arquitetura não se mostra capaz de resolver a crescente elevação dos preços pagos pelos consumidores, a despeito do imenso potencial energético brasileiro, e que o atual desenho aponta para um estado de permanente judicialização, que se reflete sobretudo na liquidação da CCEE.

Hoje não há dúvidas de que várias questões devem ser atacadas simultaneamente. Começando pela questão do GSF, é evidente que, mais do que oferecer meios para quitação do passivo da liquidação do mercado de curto prazo, devem-se prever ajustes estruturais no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), de forma a preservar a capacidade de investimento dos geradores e minimizar riscos sistêmicos. A permanência da sua regulamentação atual é certeza que as crises sistêmicas se repetirão.

Parece consensual a necessidade de estimular o debate sobre aprimoramentos no modelo de formação de preços, com datas estabelecidas para a tomada de decisão e com ampla participação do setor. É imperioso que os preços de curto prazo reflitam as expectativas dos agentes e sejam aderentes à nova realidade da operação, de modo a estimular a eficiência na alocação dos recursos.

Também se sabe que se a forma de atender ao crescimento do parque gerador permanecer nos moldes atuais, o setor continuará a ter contratos de longo prazo indexados a índices que não refletem o custo marginal de expansão, tampouco o custo decrescente das renováveis, o que eleva as tarifas em níveis superiores aos preços do mercado livre no longo prazo.

Seria importante que a expansão do parque gerador não estivesse atrelada ao crescimento da carga das distribuidoras, mas à demanda de todo o mercado, considerando a competitividade das diversas fontes, com mecanismos de financiamento compatíveis com a capacidade e características do mercado livre, o que significa garantias financeiras de menor prazo, ainda que permanentemente renovadas. Protelar essa decisão é também estimular a inflação.

***Possibilidade de todos poderem optar pelo seu fornecedor de energia é um mecanismo de promoção da eficiência***

A expansão pode ser mais bem viabilizada por meio da separação entre lastro e energia, com a contratação centralizada de lastro como mecanismo de adequação do suprimento e comercialização em separado dos contratos de energia, o que favorece a financiabilidade dos projetos. Com efeito, a comercialização em separado dos contratos de energia incentiva a revelação de preferências individuais dos agentes quanto à mitigação de riscos de mercado, trazendo sustentabilidade para expansão do ambiente de livre contratação.

Também é evidente a urgência da mudança no desenho das atividades das distribuidoras, de sorte a separar completamente aquelas concernentes ao sistema físico de distribuição, monopólio natural cuja remuneração é determinada pelo regulador, das de compra e venda de energia, que devem ser exercidas em regime de competição.

Nessa direção, a possibilidade de todos poderem optar pelo seu fornecedor de energia elétrica não é apenas uma concepção teórica, mas um mecanismo de promoção de eficiência. Não por acaso, atualmente 77% do consumo industrial do Sistema Interligado Nacional (SIN) está no mercado livre. Isso ocorreu simplesmente porque é mais barato, a competição e a eficiência na gestão de riscos proporcionam a redução do custo da energia para o consumidor

Estudo apresentado pela Abraceel para subsidiar as propostas à CP 33 identificou que é possível fazer a abertura total do mercado até 2024, sem afetar os contratos existentes. Não se trata de medida de natureza compulsória, mas que oferece aos consumidores um direito de escolha, em linha com os anseios da população, que já existe para a telefonia, internet, TV a cabo e outros serviços.

A racionalização dos subsídios e encargos setoriais, embora combatida por muitos, mostra que propostas para sua redução ou eliminação são urgentes. Para 2018, foram orçados quase R\$ 7,5 bilhões a título de descontos tarifários na conta da CDE, caracterizando um subsídio cruzado que pouco contribui para a eficiência.

Os exemplos são vários: subsidiam-se desde velhas fontes poluidoras até energias novas e renováveis que já são competitivas no mercado; os dispêndios e problemas com a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) nos chamados sistemas isolados são bem conhecidos e sempre crescentes; o setor industrial, bastante combatido e com graves problemas, subsidia as tarifas de energia do agronegócio, o setor mais pujante do Brasil, por meio de descontos tarifários concedidos aos produtores rurais, irrigantes e aquicultores; o fornecimento de água, esgoto e saneamento, que deveria incorporar em seus próprios preços todos os seus custos, é financiado pelos consumidores de energia elétrica.

Protelar as mudanças custa caro para o bolso do consumidor e para a competitividade da economia do país. Cada dia de atraso nas medidas modernizadoras representa um custo que será repassado, cedo ou tarde, ao consumidor. É fundamental que o debate sobre as mudanças seja acelerado no Congresso Nacional, de forma a permitir a aprovação do conjunto de dispositivos legais no menor prazo possível e assim restaurar a lógica econômica do setor elétrico, de modo sustentável para os seus agentes e consumidores.

**Frederico Rodrigues, ex-superintendente de Estudos de Mercado da Aneel, é diretor da Abraceel.**

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Maria Luíza Filgueiras | De São Paulo

**Título:** Grupo holandês Vitol negocia compra da distribuidora Alesat

A Alesat, distribuidora de combustíveis dona da rede de postos Ale, está em negociação para vender sua operação para o grupo holandês Vitol, de acordo com três fontes ouvidas pelo **Valor**. A negociação envolve a participação total dos acionistas - o fundo Darby, o grupo mineiro Asamar e o empresário Marcelo Alecrim. O grupo francês Total também discute com a Alesat uma possível aquisição, que teria ainda um terceiro interessado, uma trading americana de commodities. As conversas com a Vitol, no entanto, são as mais avançadas e o grupo deve pedir exclusividade nesta semana. A operação é assessorada pelos bancos Safra, Itaú BBA e BNP Paribas.

O **Valor** apurou que o preço em discussão é menor do que o oferecido pela Ipiranga, em 2016. Em junho daquele ano, a distribuidora do grupo Ultra ofereceu R\$ 2,17 bilhões. Mas em agosto de 2017 o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) barrou a operação, apontando risco de concentração em 11 Estados e no Distrito Federal. Para os atuais interessados, a transação traz menos ganhos de sinergia, o que explica um ajuste de quase R\$ 400 milhões no atual valor em discussão, o que dá algo entre R\$ 1,7 bilhão e R\$ 1,8 bilhão. A Ale é a quarta maior distribuidora de combustíveis do país, com faturamento de R\$ 12,5 bilhões.

Executivos com conhecimento do assunto afirmam que a Vitol discute ainda, na precificação do negócio, o tamanho do risco de um passivo por formação de cartel em Minas Gerais. O Cade investiga uma possível formação de cartel na região metropolitana de Belo Horizonte nos anos de 2007 e 2008, que tem a Alesat entre as empresas citadas. A Vitol quer assegurar que uma possível multa seria referente ao faturamento da Alesat à época, e não atual. O caso, que envolve Ale, BR Distribuidora, Raízen e Ipiranga, teve um parecer desfavorável

da Superintendência Geral do Cade em janeiro e ainda vai a julgamento no plenário do órgão.

***A Vitol comprou, em 2017, uma rede de postos na Turquia e é sócia da Shell na Vivo Energy, que opera na África***

A Vitol é um grupo de energia fundado em Roterdã, na Holanda, em 1966. Atualmente, a companhia tem mais de 40 escritórios no mundo, incluindo um no Rio de Janeiro. A empresa é uma das maiores tradings de petróleo do mundo, comercializando mais de 7 milhões de barris por dia. Também tem subsidiárias específicas para óleo de aviação, asfalto e distribuição de combustível. Uma delas, a Vivo Energy, é uma associação entre a Vitol, a Shell e a gestora Helios Investment Partners, responsável pela marca Shell em 16 países da África. Uma das estratégias da Vitol tem sido a expansão em distribuição também por aquisições. Em 2017, ela comprou a Petrol Ofisi, líder em distribuição de combustíveis e lubrificantes na Turquia, com 23% de participação de mercado, mais de 1,7 mil postos e fornecimento de combustível para mais de 20 aeroportos.

Segundo fonte, a Vitol chegou a avaliar a aquisição da BR Distribuidora, antes de a empresa da Petrobras abrir capital - mas queria ser controladora da operação. A Total, que opera no Brasil há mais de 40 anos, com cinco subsidiárias - que incluem desde exploração e produção de petróleo a refino e energias renováveis - também está avaliando a empresa.

Em nota ao **Valor**, a Alesat informou que "não confirma as informações e ratifica que segue focada em seu plano de crescimento, visando acelerar a expansão de seus negócios e mantendo o foco no bom relacionamento com fornecedores e revendedores de combustíveis, prática reconhecida da empresa em seus 21 anos de atividades." A Asamar teve posicionamento semelhante ao da Alesat. A Total disse que "não comenta rumores de mercado" e a Vitol não deu retorno. **(Colaborou Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte)**

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Destaques

**Fenosa investe em solar**

A espanhola Gas Natural Fenosa comprou, por meio da subsidiária Global Power Generation (GPG), dois projetos de energia solar localizados em Minas Gerais que pertenciam à Canadian Solar. Não foram divulgados detalhes financeiros da

transação. A companhia disse que investirá € 95 milhões no desenvolvimento destes projetos, que possuem capacidade de produção estimada de 165 gigawatts-hora (GWh). A expectativa é de que eles entrem em produção no quarto trimestre deste ano. O primeiro projeto na área de energia fotovoltaica da Gas Natural Fenosa no Brasil entrou em operação comercial em setembro do ano passado. Localizado no Piauí, os complexos de Sobral I e Sertão I possuem capacidade instalada de 68 megawatts-pico (MWp).

### Light adia balanço

O adiamento da divulgação do balanço financeiro da Light relativo ao quarto trimestre de 2017 foi motivada pelo atraso na auditoria da Renova Energia, empresa controlada pela companhia, informou a elétrica ao **Valor**. Com isso, a divulgação dos números da empresa passou de 19 março para 27 de março, após o fechamento do mercado. Outra controladora da Renova Energia, a mineira Cemig não informou até o momento sobre a data de divulgação dos resultados do quarto trimestre. A Light possui 17,17% do capital da Renova. Já a Cemig detém 36,23% do capital da empresa de energias renováveis.

### Minério mantém queda

O minério de ferro continuou ontem sua tendência de queda no mercado à vista chinês, em meio à elevação dos estoques tanto da matéria-prima quanto do produto para o qual é usada, o aço. Os preços do minério com teor de 62% de ferro entregue no porto de Qingdao recuaram 3,4%, para US\$ 67,45 por tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Esse é o pior nível desde 7 de dezembro. Em março, o insumo acumula perdas de 14,2%. No acumulado de 2018, a desvalorização chega a 7,1%.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Rocha, Camila Maia e Fernanda Pires | De São Paulo

**Título:** Fundo Mubadala negocia compra da QGE

Um dos ativos à venda mais complicados entre os grandes grupos envolvidos na Operação Lava-Jato, a Queiroz Galvão Energia (QGE), braço de geração de fontes renováveis do grupo Queiroz Galvão, está próxima de ser vendida para o fundo Mubadala, dos Emirados Árabes, depois de mais de quatro anos em busca de compradores, apurou o **Valor**.

Conforme fontes próximas à negociação, o acordo seria de aproximadamente R\$ 4 bilhões. O valor da transação inclui a aquisição dos ativos e a transferência das dívidas da companhia.

A operação estaria mais próxima de ser finalizada em relação ao menos a outras quatro tentativas. A Queiroz Galvão esteve perto de concluir a venda dos ativos de energia por diversas vezes nos últimos anos, contudo, as operações sempre esbarraram no preço ofertado - insuficiente para pagar as dívidas contraídas para construção dos projetos.

***Única operação que a QGE conseguiu concluir nos últimos anos foi a venda de uma pequena central hidrelétrica***

Antes de 2014, a ideia da companhia era atrair um sócio para compartilhar o controle da área de energia. Com a eclosão da operação Lava-Jato, em março daquele ano, porém, o plano passou a ser a alienação de ativos.

A negociação mais recente com um potencial comprador foi com a empresa americana de private equity First Reserve, especializada em ativos alavancados no setor de energia. Também ocorreram conversas, bastante avançadas, da Queiroz Galvão com a empresa China Three Gorges (CTG), a gestora brasileira Vinci Partners e o fundo canadense Brookfield.

Como os valores oferecidos eram insuficientes, a Queiroz Galvão decidiu condicionar à operação à reestruturação das dívidas da QGE. Esse cenário complicou ainda mais a venda, pois o comprador teria que negociar também com os credores.

Para facilitar a questão do endividamento, o Mubadala teria entrado na operação com o fundo americano Castlerock, responsável pela aquisição dos créditos da QGE detidos pelas instituições financeiras.

Outro obstáculo foi o atraso nas obras de geração eólica da companhia. A fabricante indiana de turbinas eólicas Suzlon era a principal fornecedora dos projetos da Queiroz Galvão, contudo, no meio do caminho, a empresa decidiu deixar o Brasil, o que inviabilizou que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiasse as máquinas.

A conclusão das obras dos parques eólicos acabou atrasando significativamente, o que impôs ainda mais custos à companhia.

A única operação que a QGE conseguiu concluir nos últimos anos foi a venda de uma pequena central hidrelétrica (PCH) para a Suzano. O ativo, de 19 megawatts (MW) de potência, foi adquirido no contexto da compra de ativos florestais que eram integrantes do grupo.

Segundo informa a própria companhia em seu site, a QGE tem cerca de 532 MW de capacidade instalada em energia eólica entre os Estados do Ceará, Piauí e Rio

Grande Norte mais projeto de outros 178 MW em território piauiense já autorizados.

Outros quase 300 MW de capacidade estão distribuídos em três usinas hidrelétricas localizadas nos Estados do Mato Grosso, Minas Gerais e Santa Catarina.

A Queiroz Galvão precisa se preparar para o pagamento da dívida da Move São Paulo, responsável pela operação da Linha-6 Laranja do Metrô de São Paulo, na qual o grupo detém 19,6% de participação. Segundo o **Valor** apurou, o acordo com os bancos passa pela venda de ativos para honrar as dívidas.

Do lado do Mubadala, a negociação está inserida no contexto do fundo árabe de expandir os negócios no Brasil, em ativos diversificados. O grupo também negocia a compra de participação na Invepar, holding de infraestrutura de três fundos de pensão - Previ, Funcef e Petros - e da empreiteira OAS. A Invepar opera concessões de rodovias, mobilidade urbana e tem 90% da fatia privada no aeroporto de Guarulhos (SP).

Contatada, a Queiroz Galvão não se posicionou até o fechamento desta edição.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Camila Maia | De São Paulo

**Título:** Capitale Energia investe em geração distribuída

A comercializadora de energia Capitale Energia está diversificando sua atuação para crescer em projetos de geração distribuída. O plano é investir em empreendimentos do tipo cuja energia também poderá ser comercializada pra consumidores livres - aqueles que podem escolher de quem comprar. A estratégia vai depender dos preços do produto.

O principal negócio da comercializadora continua sendo a compra e venda de contratos de energia no mercado livre, mas o segmento de geração deve tomar uma proporção grande na empresa nos próximos anos, de acordo com as projeções de Daniel Rossi e Rafael Mathias, sócio-fundadores da empresa. A Capitale teve faturamento de R\$ 1,5 bilhão em 2017.

"Usamos a geração distribuída para desenvolver ativos próprios de geração", explicou Daniel Rossi. A companhia já opera uma central de geração hidrelétrica (CGH) que tinha sido licitada em um leilão de energia de reserva (LER), e tem outras três micro hidrelétricas em desenvolvimento.

Nos projetos de geração distribuída, o consumidor é responsável sua própria energia, injetando o excedente que não for consumido na rede. Em troca, recebe uma tarifa, que varia de acordo com a fonte. Esses projetos podem ter até 5 megawatts (MW) de potência. As CGHs também são enquadradas nesta categoria quando têm potência de até 5 GW.

Além das CGHs, a Capitale também tem projetos de geração de energia a partir de biogás e também do processamento de resíduos sólidos, além da fonte solar fotovoltaica. Para sair na frente neste segmento, a comercializadora comprou uma participação minoritária na Zeg Environmental, empresa de gerenciamento de resíduos sólidos e geradora de energia renovável.

"A nossa ideia é que a geração distribuída possa viabilizar a construção do projeto", explicou Rossi. Segundo ele, os projetos de geração distribuída conseguem vender a energia a um preço melhor que os obtidos se esta mesma energia for destinada ao mercado livre. Os projetos preferidos pela companhia são aqueles que não precisam de concessão e que são de propriedade da empresa, como o caso das CGHs, plantas solares e também de biogás.

O mercado alvo da Capitale para esses projetos de geração distribuída é formado por aqueles consumidores que não conseguem migrar para o segmento livre, por serem de baixa tensão, ou por não terem o consumo mínimo necessário. Uma vez que o projeto esteja em operação, a Capitale vai decidir se continuará vendendo a energia gerada para os clientes por meio de contratos de geração distribuída ou se vai direcioná-la ao mercado livre. Como a tendência é de uma liberação gradual do mercado livre para todos os consumidores, a companhia estará bem posicionada quando isso acontecer.

Na geração a partir de resíduos sólidos, a Capitale vê ainda uma oportunidade de acordos com prefeituras, por meio, por exemplo, de parcerias público privadas (PPP). "A tecnologia soluciona o problema social do resíduo urbano e adiciona energia", disse Rossi. Foi pensando nisso que a comercializadora comprou uma participação na Zeg Environmental.

O potencial de negócios que a Capitale enxerga na área de geração de energia envolve investimentos da ordem de R\$ 1 bilhão. Para isso, a companhia avalia usar um percentual de capital próprio, e também buscar instrumentos de financiamento, como debêntures e empréstimos do BNDES.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Juliana Schincariol | Do Rio

**Título:** CVM acata recurso e considera regular eleição de conselheiros da Usiminas

O colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) atendeu um recurso da Usiminas e reformou um entendimento da área técnica da autarquia sobre a eleição de membros do conselho de administração da companhia eleitos por voto múltiplo. Os diretores da autarquia entenderam que foi regular o procedimento de eleição de novos conselheiros, escolhidos pelo próprio conselho de administração da companhia.

O caso refere-se à assembleia da empresa convocada para 27 de abril do ano passado. A ordem do dia foi a deliberação sobre a eleição de conselheiros de administração - efetivos e suplentes - que haviam sido escolhidos pelo sistema de voto múltiplo na assembleia geral ordinária um ano antes para um mandato até a reunião de acionistas em 2018.

A Usiminas alegou que a convocação ocorreu porque precisava recompor o conselho de administração diante das vacâncias de dois titulares eleitos pelo sistema de voto múltiplo, após a morte de Paulo Penido Marques e a renúncia de Fumihiko Wada.

Em 2016, os conselheiros remanescentes elegeram dois efetivos com mandato até a primeira assembleia geral da companhia, nos termos da Lei 6.404. Eles também estabeleceram que todos os conselheiros eleitos pelo voto múltiplo na assembleia ordinária de 2016 passaram a ter um mandato até a assembleia geral seguinte.

A Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM entendeu que o procedimento adotado não foi regular. No entendimento da SEP, os cargos vagos deveriam ter sido preenchidos pelos suplentes que até o fim da gestão. Também apontou que na existência de suplentes não caberia à assembleia proceder a nova eleição de conselheiros para os cargos que haviam sido anteriormente preenchidos pelo sistema do voto múltiplo. A Usiminas recorreu.

Ao analisar a legislação, o diretor Pablo Renteria, relator do caso, entendeu que a suplência dos membros do conselho de administração é facultativa. Assim se os acionistas quiserem adotá-la, devem definir as atribuições dos suplentes no estatuto social da companhia. Na visão dele, ainda que se trate de cargo vago por membro eleito pelo voto múltiplo, cumpre aos conselheiros remanescentes nomear substituto para servir até a próxima assembleia geral. A exceção é se o estatuto social estabelecer solução diferente.

Ainda no entendimento de Renteria, cabe à assembleia de acionistas proceder a nova eleição de todo o conselho, exceto se o cargo vago tiver sido ocupado por suplente nomeado pelo mesmo grupo de acionistas que elegeu o substituto. "Considerando que o estatuto social da Usiminas não confere aos suplentes a atribuição de substituir definitivamente os membros titulares, mostra-se correta

a solução aventada pela administração da companhia", disse em seu voto, acompanhados pelos outros diretores.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Renato Rostás | De São Paulo

**Título:** Vallourec busca isenção nos EUA

O melhor argumento do Brasil contra as novas tarifas de 25% à importação de aço dos Estados Unidos é que o país envia ao mercado americano basicamente - mais de 80% - semielaborados, um produto intermediário que falta nos EUA para ser transformado em produtos. A Vallourec Soluções Tubulares do Brasil, apesar de exportar um item com maior valor agregado (tubos sem costura), quer que ele também seja classificado como semiacabado e, dessa forma, seja isento das sobretaxas de Donald Trump.

Em entrevista ao **Valor**, o presidente da unidade brasileira do grupo, Alexandre Lyra, disse que os tubos vendidos aos EUA não são prontos para uso. A companhia fabrica os produtos por aqui e na subsidiária americana eles são tratados, principalmente para a abertura de roscas, antes de serem destinados à produção de petróleo no xisto. Não há como a Vallourec americana cuidar sozinha dessa operação, destaca.

Por causa disso, a própria filial dos EUA já entrou com um pedido no Departamento de Comércio para ser excluída dessa investida de Trump. Se a tarifa for imposta à Vallourec, tanto Brasil quanto EUA podem ter o resultado comprimido dentro do balanço do grupo francês.

"Nossa unidade americana tem um gargalo claro, que é o de inspeção e acabamento inicial dos tubos. Aqui no Brasil estamos preparados para fazer isso a um custo competitivo, e por conta disso começamos a enviar os produtos para os EUA", explica Lyra. "Mas os tubos não estão prontos para a aplicação. O mercado de xisto explodiu por lá, a contagem de sondas exploratórias não para de subir, então a demanda aumentou bastante."

A medida foi tratada inicialmente como uma saída de emergência, pontual, para a Vallourec brasileira. Vinda de dois anos consecutivos no vermelho, a empresa começou a reestruturar seus negócios a partir de 2016, como parte de uma reorganização mundial da empresa francesa. Por aqui, iniciou o fechamento da fabricação de aço em Barreiro, Belo Horizonte, e uniu as operações da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil e da Vallourec Tubos do Brasil.

Ambas as companhias tiveram prejuízo líquido em 2016 - mais de R\$ 800 milhões, conjuntamente - e em 2015 as perdas se concentraram na Vallourec & Sumitomo - R\$ 156 milhões de prejuízo, ante R\$ 191 milhões de lucro na Tubos do Brasil. A receita líquida, por sua vez, atingiu o fundo do poço em 2015: R\$ 1,07 bilhão da união com a Sumitomo e R\$ 2,6 bilhões na outra unidade.

"Hoje, 70% do que nós produzimos no Brasil é destinado à exportação. Viramos essencialmente uma empresa exportadora. Dentre os mercados de exportação, inclusive, os EUA têm certo protagonismo", comenta Lyra, sem abrir os números por falta de autorização da matriz francesa. "Isso mudou muito rapidamente. Há cerca de cinco, seis anos, 70% dos produtos eram colocados no mercado interno."

O mercado americano mais aquecido ajudou a empresa a avançar na ocupação de seu parque fabril e diluir os custos, caminhando na busca pela melhora dos resultados. O uso de capacidade instalada já ultrapassava os 70% na laminação de aço, o processo que cria os tubos, quando a notícia de que Trump acionária a seção 232 para aplicar uma sobretaxa ao aço tomou corpo.

Como exportadora líquida, a Vallourec poderia continuar destinando os tubos ao mercado externo, mas o problema será encontrar um país que receba os produtos. O executivo-chefe no Brasil lembra que a reação do mundo todo às tarifas americanas é de se fechar, até para se protegerem o desvio de fluxos de comércio. A Europa já ensaia uma retaliação, por exemplo.

"Sobra para nós o Oriente Médio e a África, mas os preços devem entrar em colapso", diz Lyra. "Se o Brasil não se proteger, aço da Rússia, Índia e China virá para cá. Além da possibilidade de exportar com prejuízo, vamos sofrer no Brasil com concorrência maior dos importados". Lyra também preside o conselho do Instituto Aço Brasil.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** Novo conselheiro da Petrobras é contra megaleilão

Recém-eleito representante dos funcionários no conselho de administração da Petrobras, Christian Queipo sinaliza que será um contrapeso no colegiado, caracterizado por um perfil mais liberal. Contrário à realização do megaleilão do excedente da cessão onerosa, ele defende a retomada da visão de empresa integrada e sustentável e propõe a revisão dos planos de negócios e de venda de ativos.

"Gostaria que a Petrobras assumisse o excedente da cessão onerosa, na medida, no ritmo da necessidade do Brasil", afirmou o futuro conselheiro, em entrevista ao **Valor**. "Minha opinião é que deve respeitar-se o compromisso de estender o direito da Petrobras de explorar o excedente da cessão onerosa", completou, ressaltando que não está a par das negociações entre a petroleira e a União.

Queipo contou que não deverá dar mais entrevistas após assumir o cargo no conselho, o que deve ocorrer na assembleia geral ordinária (AGO) da companhia, ainda sem data marcada, mas que provavelmente será em abril. Enquanto não assume o mandato de dois anos, o engenheiro químico e diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) pretende divulgar suas ideias e convicções.

Filiado ao Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro (Sindipetro-RJ), mas sem ocupar cargos sindicais, Queipo é o quarto nome a ocupar a cadeira destinada ao representante dos funcionários no conselho da Petrobras, desde a criação da vaga, por meio da lei 12.353/2010. Transmitindo tranquilidade e adotando tom ameno, o engenheiro defende seus pontos de vista com argumentos que buscam fundamentos técnicos.

Argentino naturalizado brasileiro, Queipo se diz favorável à retomada de uma visão integrada da Petrobras, do poço ao posto, e com atenção especial às fontes renováveis. "Para termos um plano sustentável de negócios, temos que focar em energia. Temos que ter no horizonte do plano um retorno das atividades de energias renováveis, seja biocombustíveis, seja outro tipo de renováveis, solar, eólica, etc".

***"Não tem muita lógica vender malha de gasodutos e depois pagar para utilizá-la", diz Queipo sobre NTS***

Ele diz que a Petrobras, ao vender ativos de biocombustíveis, vai na contra-mão das demais petroleiras no Brasil. O futuro conselheiro citou como exemplo o programa Renovabio, criado pelo governo e pelo qual as distribuidoras de combustíveis deverão adquirir créditos de descarbonização. Segundo ele, a Shell saiu na frente nesse sentido e formou, em parceria com a Cosan, a Raízen, uma das principais fabricantes de etanol e exportadoras de açúcar do país.

Para Queipo, o problema da estatal na área de biocombustíveis foi justamente não fazer uma operação integrada. "Carregamos a imagem de que a PBIO [Petrobras Biocombustíveis] dá prejuízo porque não se soube integrar a cadeia de negócios. No biodiesel, tínhamos a operação das usinas, mas não tínhamos a produção de matéria-prima. No etanol, tínhamos o contrário. Tínhamos a

produção de matéria-prima, só que não participávamos da operação [das usinas]. Não detínhamos a expertise técnica para produção de etanol".

Nessa linha, Queipo quer rever o programa de venda de ativos da Petrobras. "A primeira coisa que tem que se perguntar é se precisamos ou não vender. E, se precisamos vender, vamos vender o que?", disse ele, criticando a alienação de 90% da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), responsável por uma rede de gasodutos no Sul e Sudeste, para a Brookfield. Ele ressaltou que a Petrobras terá que pagar uma quantia para utilizar os dutos no futuro.

"Não podemos vender ativos estratégicos que agregam valor à nossa cadeia, mesmo porque, se eu vendo uma malha de gasodutos e depois preciso pagar pela utilização dela, não tem muita lógica do ponto de vista de plano de negócios", afirmou o engenheiro.

Perguntado sobre sua opinião a respeito da operação Lava-Jato e dos atos de corrupção envolvendo contratos da estatal, Queipo diz entender que a empresa foi vítima de um cartel de empreiteiras. A saída, propõe ele, é que a Petrobras reforce sua área de engenharia para desenvolver internamente o projeto básico e, depois, o projeto detalhado do empreendimento.

Sem revelar suas preferências políticas, o futuro conselheiro da Petrobras defende que "quem for que assuma o governo tenha uma postura nacionalista e defenda os interesses da Petrobras como a maioria dos brasileiros apoia".

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Agronegócios

**Autor:** Camila Souza Ramos | De São Paulo

**Título:** Raízen vê chance para importar etanol

Ainda que todas as estimativas apontem para um crescimento da produção de etanol na nova safra do Centro-Sul (2018/19), que começa oficialmente em abril, a Raízen Energia continua posicionada para aproveitar eventuais "oportunidades" para importar o biocombustível, sinalizou ontem Luis Henrique Guimarães, CEO da joint venture entre Shell e Cosan, em encontro com investidores e analistas. "Temos conhecimento de mercado, vamos capitalizar oportunidade para suprir a rede e nosso mercado e ganhar dinheiro com oportunidades que forem surgindo", disse o executivo.

Guimarães avalia que haverá aumento da produção doméstica de etanol por causa da vantagem do produto em relação ao açúcar para as usinas, o que deve atender parte demanda da próxima safra. Mas ele não descartou a possibilidade de novas janelas para importar etanol. Ele preferiu não prever se as

importações serão maiores ou menores que na safra atual devido às incertezas macroeconômicas. "A tendência é de estabilidade. Mas vai depender, porque é [uma questão] de mercado", disse, argumentando que as oscilações do dólar e do petróleo podem afetar projeções.

Na safra atual, que termina no fim do mês, o Brasil importou 1,43 bilhão de litros de etanol até fevereiro, um pouco mais do que em toda a temporada passada (1,42 bilhão de litros). A maior parte ficou concentrada no início da safra e em agosto, quando os importadores anteciparam as compras em função do início da vigência da tarifa de 20% fora da cota de 600 milhões de litros ao ano.

A Raízen tem sido uma das principais importadoras de etanol nas últimas duas safras, já que tem estrutura para realizar esse tipo de operação, além de atuar na distribuição de combustíveis. O CEO da empresa disse que "o Brasil vive uma necessidade de importação, mas não é um negócio cavalар".

Em sua avaliação, a demanda interna por etanol está "enorme", e o produto está oferecendo uma "excelente precificação", o que deve continuar na próxima safra. Esse consumo, disse, é impulsionado mais pela atratividade do etanol do que pelo comportamento geral da demanda por combustíveis leves (ciclo Otto).

Para o executivo, a recuperação da demanda do ciclo Otto está "um pouco mais lenta do que esperávamos". Em geral, as vendas de combustíveis têm melhor desempenho que a atividade econômica. Mas, Guimarães ressaltou que a renda do consumidor ainda não melhorou e que os preços dos combustíveis ainda estão altos, o que ele atribuiu à elevação dos impostos ano passado e à alta do petróleo.

A retomada da demanda por etanol, afirmou, tem se dado por causa dos elevados preços da gasolina, ignorando inclusive a correlação de 70%, e pela "melhor performance dos carros flex".

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Suplemento - Negócios conectados

**Autor:** Ana Lúcia Moura Fé | Para o Valor, de São Paulo

**Título:** Gastos com energia são um dos grandes desafios do setor

Consumidores intensivos de eletricidade, os datacenters investem alto em planos de eficiência energética para ganhar competitividade e reduzir a pegada ecológica, ou seja, operar com o menor impacto ambiental possível.

No Brasil, entretanto, mais do que a preocupação com meio ambiente - prevalente nos países mais ricos -, o que mais tem impulsionado o uso racional de energia no segmento são os gastos com energia. "De maneira geral, o foco das empresas brasileiras está na redução dos custos operacionais e não nas questões ambientais, infelizmente", diz Henrique Cecci, diretor de pesquisas do Gartner.

Preços do insumo, inflados por encargos e uma carga tributária considerada uma das mais altas do mundo, contribuem para o cenário. Em ranking de 34 países divulgado pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), com preços vigentes entre o fim de 2016 e primeiro semestre de 2017, o país ostenta a terceira maior carga de impostos, atrás da Dinamarca e da Alemanha. "Atualmente, para cada R\$ 100 na conta de luz do consumidor brasileiro, cerca de R\$ 45 são para cobrir encargos e tributos", afirma Nelson Fonseca Leite, presidente da Abradee.

Uma alternativa é o mercado livre de energia, onde é possível negociar preços. Segundo Alan Zelazo, diretor da comercializadora Focus Energia, datacenters conseguem reduções de 15% a 25% nesse modelo. Nem todos têm acesso a todas as fontes de geração disponíveis nesse ambiente, entretanto. Por regra, só quem tem contratos de consumo acima de 3 mil quilowatts (kW).

Em outra frente, a economia de custos é perseguida com tecnologia de ponta nas áreas que mais gastam energia, como refrigeração de máquinas e ambiente. "A infraestrutura elétrica e de climatização corresponde a mais da metade do consumo de energia elétrica do datacenter, o que impulsiona a busca por abordagens inovadoras nessa área", diz Alan Satudi, gerente de marketing de produto da divisão de TI da Schneider Electric.

Um exemplo é solução que combina sensores sem fio para colher dados de temperatura e umidade, resfriamento otimizado e recursos de inteligência artificial. No Brasil, cliente da Schneider do setor financeiro viu recuo de 30% no consumo de energia do seu centro após adotar a abordagem. "Foi possível montar o mapa térmico do datacenter. O próprio sistema toma a ação necessária para manter unidades de climatização em seu melhor ponto de performance", afirma.

Mas a modernização ocorre em múltiplas instâncias, segundo Satudi, envolvendo desde uso de chillers (resfriadores que usam água gelada) de precisão automatizados até implementação de plataforma de gestão da infraestrutura do datacenter (DCMI), passando pela adoção de fontes de alimentação ininterrupta (UPSs) mais eficientes.

Anderson Quirino, diretor comercial da Vertiv (antiga Emerson Network Power), destaca avanços do free cooling indireto, técnica que aproveita baixas temperaturas externas para potencializar a capacidade de refrigeração do centro.

O estado da arte dessa tecnologia possibilita êxito até mesmo em climas tropicais, como o do Brasil. Em datacenter da Equinix, em São Paulo, uso de solução da Vertiv resultou em 14% de redução no consumo de energia, segundo a fornecedora.

Quirino diz que a coordenação das novas tecnologias requer algoritmos inteligentes, incluindo aprendizado de máquina (machine learning). "Eles possibilitam que equipamentos se ajustem de forma autônoma, atingindo ponto ótimo de funcionamento em função das variações de consumo elétrico e de temperatura em tempo real."

Para Paulo Venancio, diretor de pré-vendas de soluções digitais da Embratel, dar prioridade à eficiência energética desde a concepção e construção do datacenter é crucial.

Com cinco centros em operação no país, a empresa de TI e telecom ostenta certificações que atestam boas práticas na área. Segundo o diretor, novas tecnologias e abordagens inovadoras resultaram em alto nível de automação no acionamento de sistemas de resfriamento, entre outros ganhos que impactam os custos dos centros. O êxito reflete-se no seu indicador de eficiência energética (PUE, na sigla em inglês), que caiu de 3,0 para 1,5. "Isso sinaliza que não existe desperdício de energia", diz.

Fabio Gordon, executivo de vendas para plataformas convergentes da Dell EMC Brasil, chama atenção para o papel da hiperconvergência nesse contexto.

O conceito refere-se à integração em uma mesma plataforma de componentes de TI como servidor, armazenamento e elementos de rede. "Com soluções de hiperconvergência, conseguimos reduzir em pelo menos 60% o consumo de energia das empresas", afirma.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Suplemento - Negócios conectados**

**Autor: Ana Lúcia Moura Fé | De São Paulo**

**Título: Equinix consegue redução expressiva no consumo elétrico em dois anos**

O maior datacenter da Equinix na América Latina, localizado em São Paulo, opera com eficiência energética similar à de regiões frias do Norte da Europa,

onde baixas temperaturas externas ajudam a resfriar os equipamentos dos centros de dados. Inaugurado há um ano, em 16 mil m<sup>2</sup> de área construída, o SP3 mantém o seu índice PUE (sigla em inglês para eficácia do uso de energia) em 1,35, segundo Wellington Lordelo, gerente de solution marketing da multinacional.

"Está abaixo das médias dos EUA e Europa, que ficam entre 1,4 e 1,5, e é bem melhor do que as médias do Brasil e da América Latina, de 2,4 e 2,1, respectivamente", diz Lordelo. PUE é a métrica mais comumente usada no setor para avaliar eficiência energética. Resulta da divisão entre energia total demandada na instalação e aquela consumida apenas pelos equipamentos de TI. Quanto mais perto de 1,0, melhor. Um índice de 2,0, por exemplo, indica que o datacenter demanda duas vezes mais energia do que a necessária para alimentar os equipamentos.

Nos últimos dois anos, a operação brasileira da Equinix - quatro centros em São Paulo e dois no Rio de Janeiro - vem diminuindo a fatia desse insumo no custo total do negócio. Juntas, as seis instalações consumiram, em 2017, energia equivalente a 15% do custo total. Em 2016, a participação foi de 17%, e em 2015, de 19%, informa Lordelo.

Fora o processamento das máquinas, a refrigeração é o maior vilão de consumo, diz o gerente. Nessa área, o destaque do SP3 é uma solução avançada de refrigeração evaporativa que usa spray de água no sistema para aumentar a eficiência da climatização. "A água é liberada no menor tamanho de suas moléculas e a umidade é controlada dentro do maquinário para não prejudicar os equipamentos do datacenter", diz o executivo. A solução inclui uso de free cooling indireto, técnica que aproveita temperaturas externas para efeito de refrigeração. "Mesmo estando em país tropical, conseguimos êxito em São Paulo nos dias mais frios".

O SP3 tem subestação de alta tensão própria e recebe energia da concessionária por meio de dois ramais distintos. A falta de concorrência no mercado fornecedor de energia é um desafio extra, segundo o executivo. "Há uma única concessionária em São Paulo. Esse monopólio torna o país menos inovador do que poderia ser nessa área". A Equinix negocia diretamente com outras fontes geradoras, no ambiente de mercado livre. "Mas a entrega, nesses casos, fica bem engessada", diz.

O SP3 usa energia solar para alimentar computadores, iluminação e elevadores no ambiente dos escritórios. "O custo mensal é zero, uma vez que investimos na compra do equipamento." Em âmbito global, a meta da empresa é utilizar 100% de energia renovável em todos os seus cerca de 180 centros de dados ao redor

do mundo até 2020. A taxa era de cerca de 33% em 2015, quando a multinacional assumiu o compromisso.

**MME / ASCOM .**